do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

06-12-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Amélia Sofia Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Monteiro*.

305437833

Anúncio n.º 19403/2011

Insolvência Pessoa Singular (Apresentação)
Processo 621/11.6T2AVR

Encerramento de Processo

Nos autos de Insolvência acima identificados em que é insolvente: Sandra Cristina Martins Rodrigues, solteira, nascida em 28-09-1978, natural da freguesia de Agadão (Águeda), NIF — 221.959.459, BI — 11257174, endereço: Rua Quelha do Medeiro, Guístola — Agadão, 3750-015 Águeda; administradora da Insolvência: Dra. Carla Maria de Carvalho Santos, endereço: Rua Nélson Neves, 177, Sangalhos, 3780-101 Anadia, e Fiduciário: Dra. Carla Maria de Carvalho Santos, endereço: Rua Nélson Neves, 177, Sangalhos, 3780-101 Anadia

Ficam notificados todos os Interessados, de que por Decisão proferida em 14-12-2011, o processo supra identificado foi declarado encerrado. A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da Massa Insolvente para a satisfação das custas do processo e restantes dívidas (artigo 232.º, n.º 2 do CIRE). Efeitos do encerramento: após trânsito em julgado da presente decisão, tem início o período de cessão do rendimento disponível da Insolvente (artigo 239.º, n.º 2 do CIRE).

15-12-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Amélia Sofia Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Jorge Duarte*.

305469107

TRIBUNAL DA COMARCA DO BOMBARRAL

Anúncio n.º 19404/2011

Processo n.º 470/11.1TBBBR
Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Devedor: Carlos Alberto Rebelo Pereira
Credor: Banco BPI, S. A., e outros
N/Referência: 599334

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Carlos Alberto Rebelo Pereira, estado civil: Casado, nascido(a) em 17-10-1960, NIF 112491758, BI 4452236, Endereço: TV. Vale do Regato, N.º 2, 2.º, direito, 2540-110 Bombarral.

Administrador da Insolvência: Dr. José A. Cecílio, Endereço: Rua Barreto Perdigão, N.º 1, 1.º, esquerdo, 2410-088 Leiria.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra-identificado, foi designado o dia 13-01-2012, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Não foi limitada a participação na assembleia aos titulares de créditos, podendo os credores afectados fazer-se representar por outro cujo crédito seja pelo menos igual ao limite fixado, ou agrupar-se de forma a completar o montante exigido, participando através de um representante comum (n.º 4 do artigo 72.º do CIRE).

14 de Dezembro de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Andreia Valadares Ferra*. — O Oficial de Justiça, *Arminda Sousa*.

305467844

3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio n.º 19405/2011

Processo: 5079/11.7TBBRG
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Cláudia Sofia Lopes Dias.
Insolvente: Talho Goiaz, L.da
N/Referência: 9755954

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados, nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Braga, 3.º Juízo Cível de Braga, no dia 14-11-2011, pelas 10:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Talho Goiaz, L.da, número de identificação de pessoa colectiva 502185635, Endereço: Praça do Comércio, N.º 97, R/ch, S. Vicente, 4700-370 Braga, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor: João Martins Cardoso, número de identificação fiscal 192641379, Endereço: Rua Custódio Vilas Boas, N.º 29, 3.º, esquerdo, S. Vicente, 4700-374 Braga, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dr. Nuno Albuquerque, Endereço: Administrador da Insolvente, Rua Bernardo Sequeira, n.º 78, 1.º, Sala I, apartado 3033, 4710-358 Braga.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º do CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados — correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 11-01-2012, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.